

Ibama decide punir Petrobrás por crime ambiental

Estatal poderá pagar até R\$ 50 milhões pelo vazamento de óleo na Baía da Guanabara

EDSON LUIZ,
e CLARISSA THOMÉ

BRASÍLIA – A Petrobrás vai ser enquadrada na Lei de Crimes Ambientais pelo derramamento de óleo na Baía de Guanabara. Ontem, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciou um levantamento para saber a extensão dos prejuízos ambientais, o que pode resultar em multas de até R\$ 50 milhões. Ontem, em nota oficial, o Ministério do Meio Ambiente criticou duramente a Petrobrás, afirmando que, “como empresa estatal, deveria dar o exemplo”.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, recebeu um relatório detalhado sobre a situação e decidiu verificar o acidente pessoalmente. Na quarta-feira, Sarney Filho disse que o Ibama ainda não tinha motivos para aplicar multas à Petrobrás, já que o derramamento de óleo não havia atingido nenhuma área de preservação ambiental.

Entretanto, no fim da tarde de ontem, ainda no Maranhão,

onde participou do lançamento de um programa, o ministro mudou de idéia diante da informação de que a área de preservação ambiental de Guapimirim foi afetada. O Ibama poderá ainda aplicar multas à Petrobrás por causa da poluição causada nos mangues, também considerados áreas de preservação.

A noite, a assessoria de Sarney Filho divulgou uma nota explicando que foi determinado ao Ibama o levantamento técnico mostrando a dimensão do problema. “O Ibama é responsável por punir os danos sobre as áreas de proteção federal que, neste caso, já estão claramente configurados”, diz o comunicado. “A Petrobrás, por ser uma empresa estatal, deve dar o exemplo de cuidado no resguardo ao meio ambiente, e por isto a atitude do ministério do Meio Ambiente será a

de aplicar a lei com rigor”, acrescenta a nota.

Sarney Filho vai sobrevoar a área, por volta das 10 horas de hoje. “Vou verificar de perto os danos causados e já determinei ao Ibama que apure as irregularidades e tome todas as providências cabíveis”, explicou o ministro.

Multa – O governo do Rio estuda o cancelamento da multa de R\$ 94 mil aplicada à Petrobrás –

**MANGUES
TAMBÉM
FORAM
AFETADOS**



Correia gostaria que especialistas da Agência de Proteção Ambiental Americana avaliassem prejuízos

quantia considerada irrelevante diante dos danos causados pelo vazamento de 800 mil litros de óleo na Baía de Guanabara. A medida, segundo fontes do governo, seria uma forma de pressionar o Ibama a punir a empresa pelo dano ecológico.

O secretário estadual do Meio Ambiente, André Correia, limitou-se a dizer que estava “decepcionado” com a posição do ministério. Ao multar a Petrobrás,

na quarta-feira, Correia afirmou que considerava o valor “ridículo”, mas alegou que era o máximo permitido pela legislação estadual. Segundo ele, o Ibama teria condições de aplicar multas com base na Lei de Crimes Ambientais.

A chuva que atingiu o Rio pela manhã provocou aumento da mancha de óleo na superfície da baía, segundo o secretário. “Isso atrapalha os trabalhos porque o

combustível espalhou ainda mais”, afirmou Correia, que disse não ter como estimar a área afetada, que chegava a 40 quilômetros quadrados anteontem.

As áreas mais atingidas pelo óleo foram as Ilhas de Paquetá e Brocoió – onde fica a residência de verão do governador Anthony Garotinho –, mas apareceram filetes de óleo próximo à Ponte Rio-Niterói e nos Rios Estrela e Suruí, num trecho que 20

quilômetros. A pesca foi interrompida na região, onde os mergulhos se tornaram perigosos. “São locais condenados e o mergulho pode provocar intoxicação por produtos químicos”, alertou Correia, ressaltando que é “praticamente zero” a possibilidade de o combustível chegar às Praias de Copacabana, Ipanema e Leblon, entre outras.

Auxílio – Correia pediu ajuda ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para contratar especialistas da Agência de Proteção Ambiental Americana, que fariam avaliação financeira do dano ecológico. “Essa avaliação vai servir de parâmetro para indenização aos pescadores”, afirmou. Para tentar salvar garças e gaivotas, cujos corpos estão cobertos pelo óleo, um biólogo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é esperado no Rio.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgou documento lamentando o acidente e informou que a Petrobrás foi notificada. O Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias responsabilizou, em nota à imprensa, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério de Minas e Energias pelo vazamento no duto da Ilha D’Água. Os órgãos, segundo o texto, não teriam “tomado providências” contra a Petrobrás, quando ocorreu o rompimento do tubo em 1997, apesar de denúncias do sindicato. **(Colaborou Félix Alberto Lima)**

Novo sistema de alerta não foi instalado

Se estivessem em funcionamento, medidores magnéticos poderiam evitar desastre

ADRIANA FERREIRA

RIO – O superintendente de Logística e Transporte da Petrobrás, Carlos Alberto Martins de Souza, disse ontem que os dois medidores magnéticos do duto na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) não estavam funcionando por não terem sido instalados. Se já estivesse em atividade, esse sistema automático de checagem do volume de combustível no duto, adquirido no ano passado, poderia alertar de forma mais ágil para a saída do óleo,

evitando um vazamento tão grande na Baía de Guanabara.

Segundo o superintendente, o equipamento, que é importado e ainda está na garantia, trabalha 24 horas por dia. Setenta por cento dos dutos do País têm sistema automático, o que significa maior segurança em casos de acidentes como o desta semana. Mesmo depois do grande vazamento ocorrido em 97, o duto da Reduc que vai até à Ilha D’Água ainda não está com os seus medidores em funcionamento.

A medição utilizada na hora em que ocorreu o problema é rea-

lizada por operadores que controlam a entrada e saída de combustível do produto por meio de um painel.

A Petrobrás deve divulgar hoje um relatório preliminar sobre os motivos do acidente. O estudo, provavelmente, deve apontar como causa um problema na montagem ou um erro no detalhamento do projeto. “É bem provável que tenha havido problema na montagem”, admitiu Souza. Em geral, a Petrobrás faz o projeto básico e o detalhamento fica a cargo de uma empresa terceirizada. Foi constatada uma trinca

**EMPRESA
TENTA
RESSARCIR
PREJUÍZOS**

por fadiga no tubo, que pode ter sido provocada pelo terreno não apropriado. “O tubo precisa ter flexibilidade, mas a tensão – contra uma pedra ou algo parecido – pode ter impedido o movimento e criou a ruptura”, explicou o superintendente.

Como uma forma de pagar os prejuízos causados às comunidades, a Petrobrás está com postos de cadastramento em Mauá e Paquetá. A idéia é contratar pessoas do local para o trabalho de limpeza, com uma diária de R\$ 50,00. Ainda como forma de ressarcimento, a companhia pode oferecer ao Governo do Estado parcerias no programa de despoluição da Baía de Guanabara ou a criação de um projeto de recuperação de outros manguezais, fora de áreas da Petrobrás.

Dados sobre acidentes são escassos

BRASÍLIA – Nos últimos 12 meses, ocorreram nove derramamentos de óleo na costa brasileira, somente entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. A maioria dos acidentes foi causada por navios, que deixaram 16 mil litros de óleo nas águas do Sudeste do País. O levantamento, feito pelo governo federal, não inclui o vazamento da Refinaria Duque de Caxias, ocorrido esta semana.

Nenhum dos setores de proteção ao meio ambiente do governo tem levantamentos precisos sobre derramamentos de óleo. Um estudo seria feito, baseado em imagens de satélite, mas foi cancelado em razão da falta de

dinheiro. No quadro estatístico de poluição de óleo na costa brasileira, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente, só consta sete acidentes com navios e seis em terminais marítimos.

O Rio foi o recordista, no ano passado, em acidentes dessa natureza. Foram registrados quatro casos envolvendo navios – um deles era da Petrobrás e derramou 2 mil litros de óleo. Em seguida vem São Paulo, com três casos, envolvendo os Navios Vicuna (chileno), Confidence (Cingapura) e Kapitan Ivanchuk, de bandeira maltesa. Os outros dois foram no Espírito Santo. Houve ainda um vazamento na Baía de Campos, também no Rio. **(E.L.)**